



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DEANE DE OLIVEIRA SOUZA

**NÍVEL DE EVIDÊNCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS: UM
ESTUDO NO SEGMENTO BANCOS LISTADOS NA BM&FBOVESPA
ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2013**

**MONTEIRO - PB
MARÇO - 2014**

DEANE DE OLIVEIRA SOUZA

**NÍVEL DE EVIDÊNCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS: UM
ESTUDO NO SEGMENTO BANCOS LISTADOS NA BM&FBOVESPA
ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Msc. Cristiane Gomes da Silva.

**MONTEIRO- PB
MARÇO - 2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S719n Souza, Deane de Oliveira.

Nível de evidenciação dos ativos intangíveis [manuscrito] :
um estudo no segmento bancos listados na Bm&fbovespa entre os
anos de 2010 a 2013 / Deane de Oliveira Souza. - 2014.
49 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Humanas e Exatas, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Cristiane Gomes da Silva,
Departamento de Ciências Contábeis".

1. Ativos Intangíveis. 2. Evidenciação. 3. Instituições
financeiras. I. Título.

21. ed. CDD 657

DEANE DE OLIVEIRA SOUZA

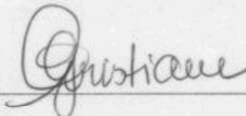
**NÍVEL DE EVIDÊNCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS: UM
ESTUDO NO SEGMENTO BANCOS LISTADOS NA BM&FBOVESPA
ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2013.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, Campus VI Poeta Pinto do Monteiro, do Centro de Ciências Humanas e Exatas como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

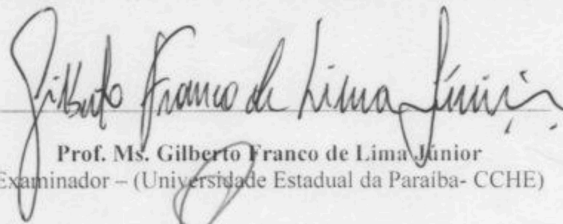
Prof. Orientador: Ms. Josimar Farias Cordeiro

Aprovada em: 19/03/2014.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Cristiane Gomes da Silva
Orientadora – (Universidade Estadual da Paraíba- CCHE)



Prof. Ms. Gilberto Franco de Lima Junior
Examinador – (Universidade Estadual da Paraíba- CCHE)



Prof. Ms. Josimar Farias Cordeiro

Examinador - (Universidade Estadual da Paraíba- CCHE)

*Dedico este trabalho aos meus
pais: M^a Aparecida e Deoclecio e
ao meu esposo José Marcos.*

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um dom que nem todo ser humano é capaz de assumir.

Diante desta conquista, tenho muito a agradecer a várias pessoas que se tornaram relevantes para desenvolvimento desta pesquisa.

Primeiramente, agradeço a Deus pela força e fé dada para que eu não tenha desistido diante de tantas dificuldades e em segundo, a minha orientadora Cristiane, pois se não fosse à força e paciência prestada não tinha conseguido atingir este objetivo, onde a mesma se dispôs de todo o seu conhecimento e tempo para dar prioridade à aplicação da pesquisa em questão.

A todos os professores e colegas que contribuíram para o meu conhecimento, durante todo o período acadêmico e aos demais que me apoiaram em todos os momentos de minha vida.

Gostaria de agradecer em específico, ao meu esposo, José Marcos que me apoiou em todos os momentos e me estimulou para que eu não desistisse, pois se não fosse à paciência e prestação dada não sei se teria conseguido.

E não posso esquecer as minhas amigas, Janiele e Ana Carolina, que se tornaram relevantes no desfecho desta conquista.

Em fim, agradeço a meus pais, Deoclecio e Maria Aparecida pelo o amor recebido.

A todos só posso dizer: muito obrigada!

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes”.

Cora Carolina.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sete Bancos.....	26
Quadro 2 – Índice de Intangibilidade do Banco Alfa Holding.....	26
Quadro 3 – Índice de Intangibilidade do Banco Santander.....	29
Quadro 4 – Índice de Intangibilidade do Banco ABC Brasil.....	31
Quadro 5 – Índice de Intangibilidade do Banco do Brasil.....	32
Quadro 6 – Índice de Intangibilidade do Banco Bradesco.....	32
Quadro 7 – Índice de Intangibilidade do Banco Itaú.....	33
Quadro 8 – Índice de Intangibilidade do Banco Panamericano.....	34
Quadro 9 – Critério de divulgação: vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados.....	38
Quadro 10 - Critério: os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida.....	38
Quadro 11 - Critério: o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período.....	38
Quadro 12 - Critério: a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída.....	39
Quadro 13 - Critério: adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios.....	40
Quadro 14 – Critério: ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda, nos moldes do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e outras baixas.....	40
Quadro 15 - Critério: aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 75, 85 e 86 e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver).....	41
Quadro 16 - Critério: provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver).....	41

Quadro 17 - Critério: reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver).....	41
Quadro 18 - Critério: qualquer amortização reconhecida no período.....	42
Quadro 19 - Critério: variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade.....	42
Quadro 20 - Critério: outras alterações no valor contábil durante o período.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Índice de Intangibilidade.....	36
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

Bacen - Banco Central do Brasil

BB - Banco do Brasil

BM&FBOVESPA - Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA)

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFRS - *International Financial Reporting Standard*

SA's - Sociedades Anônimas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Contextualização e Problematização.....	12
1.2 Objetivos.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 Justificativa.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Ativo Intangível.....	15
2.2 Mensuração e Reconhecimento dos Ativos Intangíveis.....	17
2.3 Evidenciação dos Ativos Intangíveis.....	19
2.4 Bancos.....	21
2.5 Estudos Anteriores Relacionados ao Tema.....	22
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
3.1 Classificação Quanto à Forma de Abordagem do Problema.....	24
3.2 Classificação Quanto aos Objetivos Gerais.....	24
3.3 Classificação Quanto aos Procedimentos Técnicos.....	24
3.4 Métodos de Abordagem.....	25
3.5 Universo e Amostra da Pesquisa.....	25
3.5.1 Empresas Analisadas.....	25
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	27
4.1 Análise das Instituições Financeiras.....	27
4.1.1 Banco Alfa Holding.....	27
4.1.2 Banco Santander.....	28
4.1.3 Banco ABC Brasil.....	29
4.1.4 Banco do Brasil.....	30
4.1.5 Banco Bradesco.....	32
4.1.6 Banco Itaú.....	33
4.1.7 Banco Panamericano.....	34
4.2 Evidenciação dos Ativos Intangíveis Segundo Critérios de Divulgação do CPC 04 (R1).37	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

RESUMO

A globalização e o desenvolvimento das multinacionais foram os principais fatores para a criação de um padrão internacional de contabilidade que facilitasse o processo de consolidação de demonstrações de empresas localizadas em diferentes países. A pesquisa teve por objetivo verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis no segmento bancos listados na BM&FBovespa, entre os anos de 2010 a 2013, segundo os critérios de especificação exigidos pelo CPC 04 (R1). Realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quali-quantitativa, conduzida por meio de uma análise bibliográfica, documental e de levantamento. O universo da pesquisa são as vinte e sete instituições financeiras integrantes da BM&FBovespa. A amostra é composta por oito bancos que foram escolhidas de forma aleatória e não probabilística. Os dados foram extraídos através de consulta ao balanço patrimonial e as notas explicativas de cada instituição analisada. Conclui-se que as instituições analisadas atendem em sua maioria, às normas de divulgação vigentes, no entanto, deixam a desejar quando se referem a alguns critérios de evidenciação estabelecidos pelo CPC 04 (R1). O Banco do Brasil é o que apresenta o maior índice de divulgação dos ativos intangíveis em seus demonstrativos contábeis.

Palavras-chave: Ativos Intangíveis. Evidenciação. Instituições Financeiras.

ABSTRACT

Globalization and the development of multinationals were the main factors for the creation of an international accounting standard that facilitates the process of consolidating statements of companies located in different countries. The research aimed to analyze the level of disclosure of intangible assets in the segment banks listed on the BM&FBovespa, between the years 2010 to 2013, according to the specification criteria required by CPC 04 (R1). Conducted a descriptive qualitative research, conducted through a bibliographic, documental and survey analysis. The research financial institutions are members of the BM&FBovespa. The sample is composed of eight banks with total assets greater. Data were extracted by consulting the balance sheet and the notes of each institution analyzed. The results showed that the analyzed institutions cater mostly to existing disclosure rules, however, are lacking when referring to some criteria for disclosure established by CPC 04 (R1). The Bank of Brazil is the one with the highest rate of disclosure of intangible assets on their financial statements.

Key words: Intangibles Assets. Disclosure. Financial Institutions.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problematização

A globalização e o desenvolvimento de grupos empresariais multinacionais foram os principais fatores para o surgimento da necessidade de criação de um padrão internacional de contabilidade que facilitasse o processo de análise de investimentos e consolidação de demonstrações de empresas localizadas em diferentes países (PEREZ, 2009).

Com a publicação da Lei 11.638/07, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, teve como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas contábeis internacionais.

Com esse cenário de mudanças, foram introduzidas novas disposições buscando a convergência das normas contábeis brasileiras às internacionais. Dentre as novas disposições, novas formas de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis das empresas a partir do exercício de 2008 foram implantadas.

Nesse sentido, foram aprovados os Pronunciamentos Técnicos CPC nº 13, que tratou da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08 considerando as regras a serem obedecidas pelas companhias na data de transição, e CPC nº 04, que tratou dos ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis têm apresentado uma grande relevância no patrimônio das empresas. Com a importância que o ativo intangível representa e a qualidade que ele agrega à informação contábil, a normatização contábil dessa matéria se fez necessária e urgente, pois representaria uma melhora considerável na qualidade das informações contábeis, tornando-as mais úteis para os usuários da contabilidade (MARQUES; SANTOS; GOLVEIA, 2011).

Estas novas metodologias trouxeram, de maneira geral, resultados diferentes daqueles que seriam obtidos por meio da antiga metodologia de contabilização.

Perante este processo de harmonização das normas contábeis brasileiras para as internacionais, os profissionais da área contábil tiveram que se adequar às novas regras impostas pelo processo. E assim, estes profissionais começaram a dar prosseguimento a estas várias mudanças nos demonstrativos contábeis que uma das principais foi à forma de evidenciar e mensurar esses ativos que até então era tão desconhecida e também por serem

uns dos principais ativos de maximização de riqueza de toda e qualquer entidade e que tem como fundamental característica, a geração de lucros futuros.

Diante as novas exigências estabelecidas pela Lei 11.638/07 e pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos - CPC 04 (R1), a pesquisa busca responder o seguinte questionamento: **Qual o nível de evidenciação dos ativos intangíveis no segmento bancos listados na BM&FBovespa, entre os anos de 2010 a 2013?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis no segmento bancos listados na BM&FBovespa, entre os anos de 2010 a 2013, segundo os critérios de especificação exigidos pelo CPC 04 (R1).

1.2.2 Objetivos Específicos

- Avaliar a qualidade das informações referentes aos ativos intangíveis divulgadas pelas empresas enquadradas no setor financeiro listadas no segmento Bancos;
- Analisar os demonstrativos contábeis junto às notas explicativas das relacionadas entidades financeiras no período de 2010 a 2013.
- Definir o índice de intangibilidade dos ativos intangíveis comparado ao ativo total;
- Determinar o nível de qualificação e evidenciação da contabilidade dos ativos intangíveis nas empresas analisadas.
- Comparar o nível de evidenciação encontrada com o CPC 04.

1.3 Justificativa

Os mercados buscam compreender e valorizar adequadamente os níveis de seus ativos intangíveis, no sentido de que cada vez mais as empresas têm nesses ativos seu maior elemento patrimonial, elevando-os à condição de ativos estratégicos responsáveis pela geração e pela sustentação de vantagens competitivas (PEREZ e FAMÁ, 2006).

Ainda na visão dos autores supracitados, a contabilidade deve registrar os ativos de forma a evidenciá-los, adequando-o de acordo com seus princípios, convenções, normas e práticas, de forma que prevaleça a essência sobre a forma. Portanto, se faz necessário um estudo criterioso em torno do tratamento dado aos ativos intangíveis, identificando o nível de evidenciação informada pelas entidades em seus relatórios contábeis, visto que se trata de uma exigência legal para sua aplicação.

O crescente aumento da materialidade dos valores dos ativos intangíveis no que diz respeito à composição do patrimônio líquido das empresas, tornou-se imprescindível verificar o tratamento dado internacionalmente a esse item tão complexo da contabilidade (SCHMIDT e SANTOS, 2003).

Nesse sentido, os desafios estão cada vez maiores enfrentados em virtude da função e evolução acelerada da tecnologia e dos mecanismos de efetivação dos negócios, têm exigido um nível de competência e de adaptação cada vez maiores por parte dos profissionais envolvidos para a correta evidenciação dos ativos intangíveis.

Faz-se necessário um trabalho cada vez mais atuante por parte dos profissionais contábeis, de maneira a atender as transformações que ocorrem no meio patrimonial, decorrente de várias atividades que cercam as células sociais.

A evidenciação correta dos ativos intangíveis busca contribuir para que estas empresas procurem identificar, mensurar e administrar de forma eficaz, e assim, maximizar o resultado dos benefícios gerados por estes aos usuários, sejam eles acionistas, credores, gerentes, empregados, consumidores e também toda a sociedade.

A despeito dessa importância, o número de trabalhos científicos desenvolvidos na área ainda é muito pequeno. Convém notar que o segmento em estudo sofre ainda com a falta de pesquisa da parte da área contábil, acarretando deficiências que podem ter por consequência, entre outros aspectos, a fragilidade na sustentabilidade de suas ações ou até a descontinuidade de suas atividades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ativo Intangível

Após promulgação da Lei 11.638/07, houve a criação de um novo subgrupo de contas, o intangível, onde devem ser classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. O intangível é formado por contas que anteriormente eram classificadas no Imobilizado (Marcas e Patentes), no Diferido (Pesquisa e Desenvolvimento) e em Investimentos (Ágio), ou seja, trata-se de um desmembramento do ativo imobilizado. Os direitos classificados no intangível devem ser avaliados pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização, feita em função do prazo legal ou contratual de uso dos direitos ou em razão da sua vida útil econômica, deles o que for menor.

A Norma Internacional - IAS 38 e o Pronunciamento Técnico CPC 04 define ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física. Os ativos intangíveis são identificáveis, controlados e geradores de benefícios futuros.

Marion (2011, p. 1) descreve em sua obra que o ativo intangível ou incorpóreo ou ativo invisível “são bens que não se pode tocar e pegar, que passaram a ter grande relevância a partir das ondas de fusões e incorporações na Europa e nos Estados Unidos”.

Os intangíveis são um ativo como outro qualquer, agregados de benefícios econômicos futuros sobre os quais uma entidade detém o controle e exclusividade na sua exploração (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2007).

Iudícibus *et al.* (2010) e Hendriksen e Van Breda (1999) salientam que a definição de intangível precisa conter, obrigatoriamente, além do fator intangibilidade, os mesmos conceitos da definição de ativo, quais sejam: (a) recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados; e (b) do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.

Os autores acrescentam ainda que ativos que carecem de substância devem ser reconhecidos sempre que preencherem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ou seja, devem atender à definição de ativo, devem ser mensuráveis, relevantes e precisos.

As entidades frequentemente despendem recursos ou contraem obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de

recursos intangíveis como conhecimento científico ou técnico, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações). Exemplos de itens que se enquadram nessas categorias amplas são: *softwares*, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes cinematográficos, listas de clientes, direitos sobre hipotecas, licenças de pesca, quotas de importação, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização (CPC 04 (R1)).

Ainda de acordo com o referido Pronunciamento supracitado, nem todos os itens descritos no item anterior se enquadram na definição de ativo intangível.

Nesse sentido, um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando (CPC 04 – R1):

(a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou

(b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Portanto, utiliza-se a denominação de ativo intangível apenas para itens identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros e que, conseqüentemente, são passíveis de reconhecimento, mensuração e evidenciação em seus demonstrativos contábeis.

De acordo com Rolim (2009), em sua pesquisa:

Os ativos tangíveis que eram os principais símbolos de riqueza empresarial, passar a dar espaço aos ativos intangíveis, que assumiram o papel de novo propulsor de desenvolvimento das corporações, se tratando de um fator que eleva o valor de mercado das ações das empresas que os possuem, sendo responsáveis pela geração de benefícios futuros.

O valor da transparência contábil passa indiscutivelmente pela evidenciação do intangível. O futuro da Contabilidade está ligado a um cenário de objetividade nos números apresentados aos usuários da informação. Para alcançar este objetivo, é preciso que as demonstrações financeiras sejam claras quanto ao intangível; afinal, só é possível investir naquilo que se conhece (MARQUES; SANTOS; GOLVEIA, 2011).

2.2 Mensuração e Reconhecimento dos Ativos Intangíveis

Em contabilidade, mensuração é o método de atribuição de valores monetários significativos a objetos associados a uma empresa, e obtidos de modo a permitir agregação ou desagregação, quando exigida em situações específicas. Geralmente, a mensuração é imaginada em termos monetários (HENDRIKSEN E VAN BREDA, 2007).

Segundo o CPC 00 (R1), a mensuração é o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. Esse processo envolve a seleção da base específica de mensuração.

Ainda segundo o Pronunciamento acima citado, um número variado de bases de mensuração é empregado em diferentes graus e em variadas combinações nas demonstrações contábeis. Porém o Pronunciamento destaca que:

A base de mensuração mais comumente adotada pelas entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis é o custo histórico. Ele é normalmente combinado com outras bases de mensuração. Por exemplo, os estoques são geralmente mantidos pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização, os títulos e valores mobiliários negociáveis podem em determinadas circunstâncias ser mantidos a valor de mercado e os passivos decorrentes de pensões são mantidos pelo seu valor presente. Ademais, em algumas circunstâncias, determinadas entidades usam a base de custo corrente como resposta à incapacidade de o modelo contábil de custo histórico enfrentar os efeitos das mudanças de preços dos ativos não monetários.

Frank (2008) em sua obra destaca que seria imperdoável para uma empresa não ter ideia do valor do seu inventário ou instalações e equipamentos. Mas, na realidade, muitas empresas nem sabem o alcance total das propriedades intelectuais (intangíveis) que elas possuem nem o quanto valem. Muitas responsabilidades específicas para a gestão da propriedade intelectual recaem nas funções de setores como recursos humanos, jurídico e tecnologia da informação. Mas o setor financeiro deveria coordenar esses esforços e verificá-los, como acontecem com os salários, benefícios sociais de pessoal e inventário. Proteger a propriedade intelectual (intangível) é responsabilidade de todos.

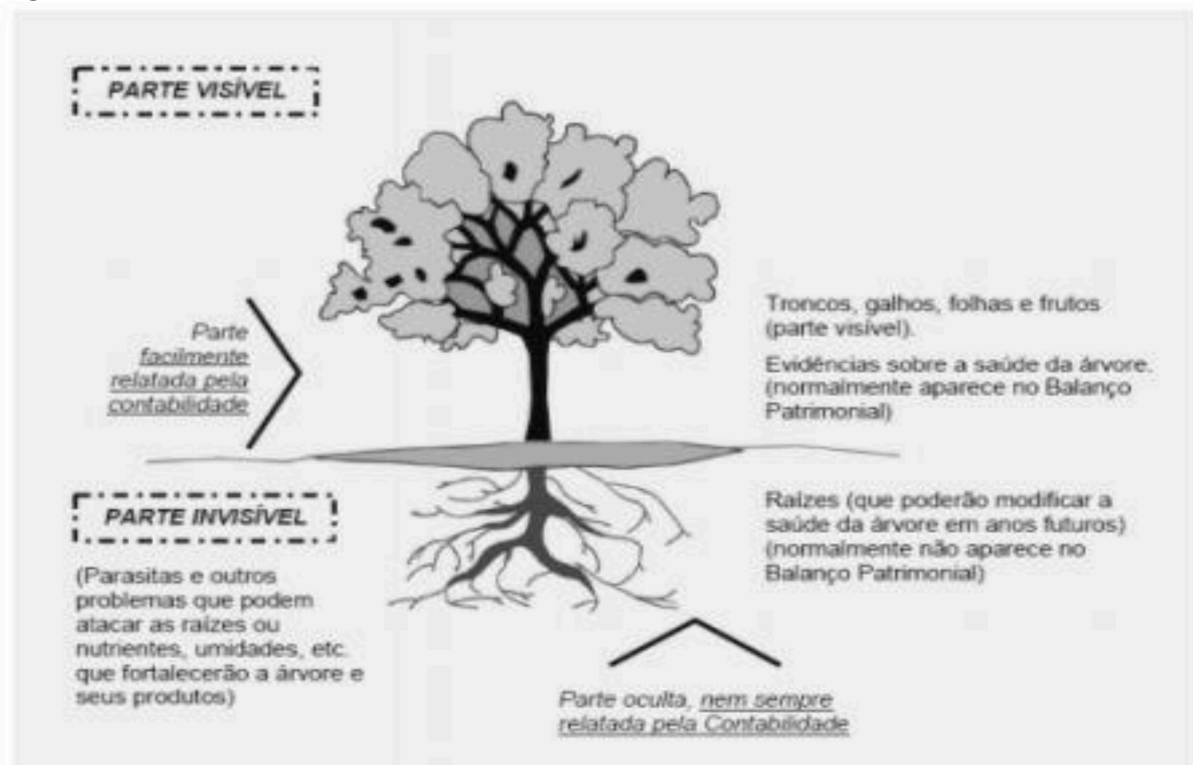
Na visão de Hendriksen e Breda (1999) contribuem explicando que:

Os ativos intangíveis são difíceis de medir. Essa característica é particularmente verdadeira no caso de intangíveis que não podem ser identificados separadamente, tais como *goodwill*. O custo é a base

usual, escolhida em termos pragmáticos. Os ativos intangíveis são amortizados assim como os ativos tangíveis são depreciados. A vida útil utilizada deve ser sua duração econômica estimada.

O autor Marion (2007) fez uma semelhança bem interessante em sua obra, onde o mesmo fez uma comparação com uma árvore, no sentido de demonstrar a dificuldade de mensuração de um ativo intangível conforme mostra a figura abaixo.

Figura 1 – Metáfora da árvore



Fonte: Edvinsson (1988: 28, apud Marion, 2007: 03)

Diante da imagem, “a metáfora da árvore”, o autor mostra que a parte visível ou os ativos tangíveis é a parte da contabilidade que os contadores relatam e evidenciam nos demonstrativos contábeis, por serem mais fáceis de identificar, no caso o elemento invisível normalmente é oculto e nem sempre aparece no balanço patrimonial devido à dificuldade de ser mensurado. E assim, tornando a parte invisível detentora de nutrientes necessários ao suporte da vida na árvore, ou seja, o elemento invisível que são os ativos intangíveis é o que sustenta os ativos tangíveis.

Com relação ao reconhecimento desses ativos, Aquino (2000), enfatiza que estes devem ser reconhecidos se, e somente se, existir uma probabilidade de que os benefícios econômicos atribuídos aos ativos ocorram e seu custo puder ser medido de forma confiável.

O CPC 04 (R1) prevê que para um item ser reconhecido pela contabilidade como ativo intangível é necessário atender à definição de ativo e ainda:

(a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e,

(b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Ainda de acordo com o referido pronunciamento, a entidade deve avaliar a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros utilizando as premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

A entidade deve utilizar seu julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios atribuíveis ao uso do ativo, com base nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, dando maior peso às evidências externas.

Hendriksen e Van Breda (1999) também enfatizam a respeito do reconhecimento e mensuração do *goodwill*: é o principal exemplo de um intangível que não possui usos alternativos, não é separável, e cujos benefícios são muito incertos. *Goodwill* representa vantagens que não são especificamente identificáveis. Sendo assim, há três enfoques principais no que se refere à avaliação do *goodwill*:

- I. por meio da avaliação de atitudes favoráveis em relação à empresa;
- II. por meio do valor presente da diferença positiva entre lucros esperados e o retorno considerado normal sobre o investimento total, não incluindo *goodwill*; e
- III. por meio de uma conta geral de avaliação – a diferença entre o valor da empresa em sua totalidade e as avaliações de seus ativos líquidos tangíveis e intangíveis individuais.

2.3 Evidenciação dos Ativos Intangíveis

De acordo com Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), a evidenciação pode ser entendida como um elemento de transparência para a gestão das empresas, onde a mesma é imprescindível para que os usuários externos conheçam a posição da entidade e se certifiquem de que esta opera dentro dos limites considerados aceitáveis pela legislação, reduzindo, inclusive, a possibilidade de irregularidades e fraudes.

Os autores supracitados ainda enfatizam que para o entendimento da evidenciação (ou divulgação), vale reportar-se ao termo na língua inglesa, *disclosure*.

Nesse sentido, Vieira (2006) salienta que, com uma correta divulgação, os agentes interessados na empresa terão instrumentos para análise, acompanhamento e comparação do desempenho social da organização, além de sua situação econômica, financeira e patrimonial.

Estas informações devem ser úteis aos usuários das demonstrações contábeis, de forma que influenciem na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

Especificamente quando se trata da evidenciação de ativos intangíveis, as normas peculiares relacionadas a estes itens estão estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 04, revisado em 2010 (CPC 04 - R1), onde segundo este, a entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis, fazendo a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

(a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados;

(b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;

(c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;

(d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;

(e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando:

(i) adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios;

(ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda, nos moldes do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e outras baixas;

(iii) aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 75, 85 e 86 e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 –

Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);

(iv) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);

(v) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);

(vi) qualquer amortização reconhecida no período;

(vii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade; e

(viii) outras alterações no valor contábil durante o período.

A entidade deve divulgar também segundo o Pronunciamento acima citado, informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

2.4 Bancos

A origem da palavra banco vem desde os primórdios do surgimento da moeda, onde naquela época era o escambo e através do aumento das comercializações houve a necessidade de meios que interligassem os agentes que tinham dinheiro com aqueles que necessitavam de empréstimos, ou seja, os superavitários emprestam para os deficitários. E assim, amenizar a necessidade do mercado diante da economia local (COSTA NETO, 2004).

A primeira instituição financeira que surgiu no Brasil foi em 1808, através da vinda da família real que foi o Banco do Brasil (BB), aconteceu quando D. João VI decretou um Ato Real e criou o primeiro banco e assim, diante do tempo foram surgindo as demais agências bancárias e em 1888 já existiam 68 instituições financeiras, onde a maior parte se concentrava no Rio de Janeiro (COSTA NETO, 2004).

De acordo com o Mini Aurélio de Português do autor Ferreira (2000), a palavra banco tem por significado “empresa que adianta e recebem fundos, desconta letras, títulos, facilita os pagamentos por meio de empréstimos, realiza quaisquer transações de valores”.

Segundo a Lei nº 4.595/64 que trata sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias em seu Artigo 17, entendem-se como instituição financeira: “as

peças jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros”.

Segundo Assaf Neto (2010), os bancos podem ser entendidos dentro de duas visões, uma em nível macroeconômico, e outra em contexto microeconômico:

No entendimento macroeconômico, os bancos são instituições financeiras que executam basicamente duas atividades: promoção de mecanismos de pagamento dentro da sociedade; e intermediação financeira que recebem recursos de agentes econômicos superavitários e os transferem, dentro do âmbito de seus ativos (empréstimos, aplicações em títulos, entre outros), aos agentes carentes de liquidez, ou seja, agentes deficitários de recursos;

No contexto macroeconômico, o banco comercial/múltiplo é tratado como uma entidade econômica com finalidade lucrativa, tendo como produto a moeda adquirida por intermédio de operações de captações financeiras. Onde o objetivo principal da instituição é maximizar a riqueza dentro de um ambiente conjuntural e regulatório que lhe é imposto.

De acordo com Assaf Neto (2008), os bancos comerciais são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade anônima, possuem como prerrogativa a capacidade de criação de moeda.

As operações de créditos têm como características a concessão em curto prazo, que atende às necessidades de recursos de capital de giro para as empresas. (ASSAF NETO, 2008, p. 40)

2.5 Estudos Anteriores Relacionados ao Tema

O trabalho de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), tiveram como objetivo apresentar um índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no Ibovespa, referente ao exercício de 2010, observando os critérios de reconhecimento, mensuração e registro destes ativos conforme especificações do CPC 04 (R1). Os resultados mostraram que a empresa COPEL apresentou o maior índice de evidenciação de ativos intangíveis (88%), porém, nenhuma das companhias analisadas cumpriu integralmente o que é determinado pelo CPC 04 (R1) em termos de evidenciação.

Na pesquisa promovida por Lima (2012), se propõe a identificar como os ativos intangíveis são evidenciados nas demonstrações contábeis das dez maiores empresas

brasileiras, em capital social, listadas na BM&FBovespa, equivalentes ao ano de 2011. Concluiu-se que o ativo intangível de maior destaque é o *goodwill*, presente em mais de 50% das empresas analisadas.

Já no trabalho de Moura, Fank e Varela (2012), verificou-se quais itens compõem os ativos intangíveis evidenciados no balanço patrimonial das empresas de energia elétrica, participantes do Nível 1, 2 e Novo Mercado da BM&FBovespa, no período de 2006 a 2008. Os resultados indicaram aumento no número de empresas que evidenciaram o item ativo intangível, assim como os percentuais de participação deste ativo em relação ao ativo fixo ocasionado, principalmente, por reclassificações e novos investimentos. Além disso, a evidenciação de forma narrativa e monetária do ativo intangível também aumentou. Os sistemas de informações (internos) e de concessão (externos) foram os itens divulgados pelo maior número de empresas. Enfim, houve aumento de informações disponíveis aos usuários, fator que contribui para a tomada de decisão.

Nos estudos de Antunes e Leite (2008), aborda o tema ativo intangível e sua relevância no processo de avaliação de investimentos de acordo com a percepção de analistas de corretoras de valores brasileiras com o objetivo principal de verificar a adequação das informações divulgadas pelas empresas para essa finalidade. Os resultados mostraram que os analistas contemplam os ativos intangíveis, consideram-nos como itens importantes e utilizam tais informações, julgando a contribuição que eles possam vir a dar aos resultados da empresa, principalmente, por meio da ação do ativo humano. Todavia, a maioria deles não considera suficientes as informações divulgadas pelas empresas, por não se apresentarem de forma sistematizada. O estudo sugere que os analistas se beneficiariam por terem a informação não financeira divulgada de forma estruturada, pois, baseados em informações com melhor qualidade, poderiam tomar decisões que retratam a situação empresarial mais próxima do real, ou do seu potencial, melhorando, também, a comunicação entre empresa e mercado.

Diante do exposto, esse conjunto de pesquisas contribui para melhoria da evidenciação de informações por meio dos demonstrativos financeiros, e possibilita que os usuários da contabilidade sejam capazes de compreender melhor os investimentos realizados em ativos intangíveis e o desempenho futuro da empresa, pois, de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), um dos objetivos da evidenciação de informações é transmitir confiança para a tomada de decisões. Com base nessa ideia, acredita-se que a evidenciação de informações referentes aos ativos intangíveis torna-se essencial.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação Quanto à Forma de Abordagem do Problema

Quanto à abordagem do problema, a presente pesquisa classifica-se como qualitativa, por se trata de um trabalho que analisa dados numéricos retirados dos demonstrativos e com isso, ter informações suficientes destes dados.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador procura analisar o estudo através de informações, no qual se busca descrever os comportamentos das variáveis e das situações. Já a pesquisa quantitativa, predominam os métodos estatísticos, com utilização de cálculos, utilizando estatísticas descritivas.

3.2 Classificação Quanto aos Objetivos Gerais

Já quando se refere aos objetivos do trabalho, utiliza-se a pesquisa descritiva. Pois, busca descrever o processo de evidenciação dos ativos intangíveis. Vários estudos utilizam a pesquisa descritiva para análise e descrição de problemas de pesquisa na área contábil.

De acordo com Gil (2008, p. 42), a pesquisa descritiva "tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis".

3.3 Classificação Quanto aos Procedimentos Técnicos

Os procedimentos técnicos utilizados consistem em pesquisa bibliográfica, documental e também de levantamento.

Conforme Rodrigues V. (2005, p. 38), a pesquisa bibliográfica é aquela que é elaborada:

A partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, de material disponibilizado na Internet. Dependendo da pesquisa, percebe-se que muitas são desenvolvidas quase que exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, tais como: livros de leitura corrente, livros de referência, dicionários, enciclopédias, impressos diversos, publicações periódicas, revistas e jornais etc.

Ela permite ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, principalmente quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Caracteriza-se como pesquisa documental por utilizar relatórios financeiros e informações disponibilizadas nos sites das companhias abertas através da internet.

O levantamento de dados foi realizado diretamente nos relatórios anuais das demonstrações contábeis individuais (Balanço Patrimonial e notas explicativas), evidenciadas na BM&FBovespa entre os anos de 2010 a 2013, das instituições financeiras do segmento Bancos.

3.4 Métodos de Abordagem

O método de abordagem utilizado na pesquisa é o indutivo, por se tratar de um estudo que se baseia nas informações coletadas e assim, busca uma solução do problema proposto tomando como base o particular e assimila-se ao todo.

Segundo Marconi e Lakatos (2009), a indução é um processo mental, que parte de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se em uma verdade universal, não contida nas partes examinadas, fundamentando-se em premissas que se forem verdadeiras, a conclusão será provavelmente verdadeira.

Para os indutivistas, a indução não pode ser justificada e também não desempenha qualquer papel em relação ao método científico ou ao conhecimento comum (LAKATOS E MARCONI, 2008, p. 256).

Conforme Lakatos e Marconi (2008, p. 255) “os procedimentos indutivos participam ativamente da concretização das diversas fases e operações de aplicação do método. Por meio de acontecimentos observados, chega-se a conclusões de fenômenos não observados”.

Na indução, a conclusão está nas premissas, como o todo está para as partes (LAKATOS E MARCONI, 2008, p. 255).

3.5 Universo e Amostra da Pesquisa

3.5.1 Empresas Analisadas

O universo da pesquisa são vinte e sete instituições financeiras integrantes da BM&FBovespa. A amostra é composta por oito bancos que foram escolhidas de forma

aleatória e não probabilística, no período de 2010 a 2013. Os dados foram extraídos através de consulta ao balanço patrimonial e as notas explicativas de cada instituição individualmente.

Entretanto, alguns bancos não foram estudados, haja vista, que não atenderam aos critérios do estudo. Para ser analisado o banco deve estar listado na BM&FBovespa em todo o período do estudo, o que não aconteceu com o banco do Nordeste que foi excluído da pesquisa, por não apresentar dados relevantes nos seus demonstrativos contábeis referentes aos ativos intangíveis. Onde o mesmo só descreve a conta do ativo intangível no Balanço Patrimonial, mas não descreve com números e nem os meios de divulgação. Somente a partir do ano de 2013, o Banco do Nordeste começou a apresentar dados representativos referentes à conta do ativo intangível.

Assim, os bancos que participaram da pesquisa foram elencados no quadro abaixo.

Quadro 1 – Sete bancos

Banco Alfa Holding
Banco Santander
Banco ABC Brasil
Banco do Brasil
Banco Bradesco
Banco Itaú Unibanco Holding S.A.
Banco Panamericano

Fonte: Adaptado com dados da BM&FBovespa, 2014.

O método de amostragem adotado foi o *não probabilístico intencional*. Setor este que foi cuidadosamente escolhido, por produzir uma amostra satisfatória em relação às necessidades da pesquisa. Segundo Fonseca (2008), na amostragem intencional os elementos da amostra são escolhidos intencionalmente do grupo que compõe a amostra.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise das Instituições Financeiras

A análise das instituições financeiras será abordada de forma individual para cada entidade financeira. Onde primeiramente calcula-se o índice representativo do ativo intangível comparado ao ativo total. Após análise do índice de intangibilidade individualmente, foi realizada uma comparação desses índices com relação os anos de divulgação.

4.1.1 Banco Alfa Holding

O Banco Alfa Holding é uma Sociedade de capital aberto e que tem por objetivo manter participações em outras empresas.

Os ativos intangíveis descritos no balanço patrimonial entre os anos de 2010 a 2012 são os seguintes: desenvolvimento de sistemas e outros ativos intangíveis, e são mensurados conforme o custo de amortização.

De acordo com quadro 2, foi possível evidenciar o índice de intangibilidade do Banco Alfa Holding, onde se percebe que o ano de 2010 foi o que apresentou um menor percentual em relação aos outros anos analisados.

Quadro 2 – Índice de Intangibilidade do Banco Alfa Holding

Anos	2010	AH	2011	AH	2012	AH
Ativo Intangível (R\$)	108.000,00	0%	489.000,00	353%	435.000,00	303%
Ativo Total (R\$)	2.971.937,00	0%	3.225.612,00	9%	3.343.524,00	13%
Índice de Intangibilidade	3,63%		15,16%		13,01%	

Fonte: Elaborado pelo o autor, 2014.

Observa-se ainda que no ano de 2011, o Banco apresentou um aumento significativo desse percentual, passando de 3,63% para 15,16% quando comparado com o ano de 2010. E também, nota-se que, no mesmo período, na conta do Ativo Intangível houve um aumento bem relevante de 353%, já a conta do ativo total somente houve um acréscimo muito pequeno somente de 9%, ou seja, um aumento desproporcional.

Vale salientar que este acréscimo principalmente entre os anos de 2010 e 2011 foi devido aos investimentos realizados no subitem do ativo intangível descrito como:

desenvolvimento de sistemas, onde o seu valor residual passou de R\$ 80 mil do ano de 2010 para R\$ 482 mil no ano de 2011, ou seja, um acréscimo de 502,5%.

Na análise do ano de 2012, percebe-se uma diminuição do índice de intangibilidade passando a ser representado por 13,01%, onde este declínio é decorrente da taxa anual de amortização que equivale a 20%, e no referido ano, a conta do ativo intangível, descrito como desenvolvimento de sistemas tem em seu valor residual que passou a representado por um total de R\$ 431 mil.

E quando se analisa os percentuais das contas do Ativo Intangível e o Ativo Total, percebe que no período de 2011 a 2012, houve um acréscimo na Conta do Ativo Total, porém um pouco menor, passando de 9% para 13%, já a conta do Ativo Intangível houve uma diminuição de 50%, tornando-se ainda uma grande desproporção dentre às contas.

O ano de 2013 não foi analisado, pois o banco Alfa Holding não divulgou completamente em seu demonstrativo contábil, os dados referentes ao ativo intangível somente até o terceiro semestre, impossibilitando assim de realizar a análise quando se refere ao problema proposto desta pesquisa.

4.1.2 Banco Santander

O Banco Santander é a instituição líder junto o Banco Central do Brasil, constituído na forma de sociedade anônima. Onde o mesmo opera como banco múltiplo e por intermédio de empresas controladas desenvolve suas operações em três segmentos:

- (i) Banco Comercial;
- (ii) Banco de Atacado Global; e
- (iii) Gestão de Ativos e Seguros.

Este banco apresentou segundo seus demonstrativos contábeis os seguintes ativos intangíveis: ágio e outros ativos intangíveis. De acordo com as notas explicativas deste banco, os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda que não seja recuperação acumulada.

Conforme o quadro 3 que se refere ao Banco Santander, foi possível constatar que o ano de 2010 foi o que apresentou o maior índice de intangibilidade quando comparado com anos 2011 a 2013.

Quadro 3 – Índice de Intangibilidade do Banco Santander

Anos	2010	AH	2011	AH	2012	AH	2013	AH
Ativo Intangível (R\$)	31.962.619	0%	31.435.080	-2%	32.020.323	0,2%	32.911.653	3%
Ativo Total (R\$)	374.662.683	0%	399.886.082	7%	421.084.963	13%	514.175.012	37%
Índice de Intangibilidade	8,53%		7,86%		7,60%		6,40%	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Na análise do ativo total, foi possível identificar um aumento de 37% no ano de 2013 quando comparado ao ano de 2010. Vale destacar um aumento desproporcional dessa conta quando comparado com o ativo intangível que no mesmo período teve um aumento somente de 3%.

Nota-se que, há uma diminuição do índice de intangibilidade no decorrer dos anos de 2010 a 2013 que passa de 8,53% para 6,40%, onde esta redução foi decorrente do aumento de outras contas pertencente ao ativo total, como ativos financeiros para negociação – instrumentos de dívidas, empréstimos e outros valores com instituições de crédito e crédito tributário – diferido.

Outro fator que também colaborou para o declínio do índice de intangibilidade nesta instituição financeira é que a mesma não realizou novos investimentos nos ativos intangíveis e com o passar dos anos, houve a taxa de amortização acumulada, perdas e baixas dos ativos intangíveis, e com isso, contribui para a diminuição do valor representativo do ativo intangível.

4.1.3 Banco ABC Brasil

O Banco ABC Brasil é uma sociedade anônima de capital aberto. No Brasil, tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo.

De acordo com essa instituição, os Ativos intangíveis incluem basicamente o valor de *software* de computadores. Onde esses são reconhecidos somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados seja a ele atribuído e transferidos para o Banco.

Quadro 4 – Índice de Intangibilidade do Banco ABC Brasil

Anos	2010	AH	2011	AH	2012	AH	2013	AH
Ativo Intangível (R\$)	3.916	0%	4.626	18%	6.494	66%	8.330	113%
Ativo Total (R\$)	9.746.222	0%	10.391.898	7%	12.737.680	31%	10.499.984	8%
Índice de Intangibilidade	0,04%		0,045%		0,05%		0,08%	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Na análise do quadro 4, foi possível constatar um aumento de aproximadamente 113% da conta do ativo intangível no ano de 2013 com relação ao ano de 2010. Entretanto, quando analisado essa conta em relação ao ativo total, percebe-se que este apresentou um aumento inferior de 8% em relação ao mesmo período analisado, ou seja, um aumento desproporcional entre eles. Isto significa que o ativo intangível cresceu de maneira superior com relação a outras contas pertencentes ao ativo total.

Vale salientar que houve um acréscimo bem relevante na conta do Ativo Total do ano de 2011 ao de 2012, que passa de 7% a ser representado por 31%, significa que neste período houve um grande investimento na referida entidade. E quando foi no ano de 2013, ocorreu novamente uma diminuição da conta do Ativo Total passando a ser representado por 8%.

Na análise do índice de intangibilidade deste banco dentre o período de 2010 a 2013, percebe-se que houve um acréscimo de 0,04% para 0,08%, apesar do aumento desproporcional dentre as contas envolvidas, tornando-se a Entidade financeira em análise a que apresentou o menor índice de intangibilidade quando comparada as demais instituições financeiras. Mas, ao mesmo tempo, tornou-se uma das entidades financeiras que sempre investiu nos ativos intangíveis de sua entidade.

4.1.4 Banco do Brasil

O Banco do Brasil S.A. é uma companhia aberta de direito privado regida pela legislação das sociedades por ações e controlada pelo Governo Federal. Tem por objetivo a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, entre outras.

De acordo com as notas explicativas, o ágio gerado na aquisição de subsidiárias e *joint ventures* é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com a IFRS 3, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de

redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o seu valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados sejam transferidos para o Banco. Os ativos intangíveis adquiridos independentemente são inicialmente mensurados ao custo.

Quadro 5 – Índice de Intangibilidade do Banco do Brasil

Anos	2010	AH	2011	AH	2012	AH	2013	AH
Ativo Intangível (R\$)	13.842.278	0%	17.995.903	30%	17.454.500	26%	11.185.162	- 19%
Ativo Total (R\$)	802.819.795	0%	966.823.068	20%	1.136.007.475	42%	1.224.458.597	53%
Índice de Intangibilidade	1,72%		1,86%		1,54%		0,91%	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

De acordo com quadro 5, foi possível perceber uma diminuição de aproximadamente 19% da conta do ativo intangível no ano de 2013 com relação ao ano de 2010. Entretanto, quando analisado essa conta em relação ao ativo total, percebe-se que esta apresentou um aumento de 53% em relação ao mesmo período analisado, ou seja, um aumento desproporcional entre as contas, isto significa que o ativo intangível cresce de maneira desproporcional com relação a outras contas pertencentes ao ativo total.

No período de 2010 a 2011 houve um avanço do índice de intangibilidade que foi decorrente do aumento da conta pertencente ao ativo intangível – o ágio que no ano de 2010 é representado por um total de R\$ 1.148.803 mil e no ano de 2011 por um total de R\$ 2.398.484 mil e o aumento no índice de intangibilidade também são devido às novas aquisições de ativos intangíveis, como por exemplo: softwares.

Nota-se que a partir do ano de 2012, o índice de intangibilidade começa a diminuir de maneira bem drástica decorrente do acréscimo da conta do Ativo Total e da falta de investimentos na conta do ativo intangível.

Vale enfatizar que o ano de 2013 foi o que apresentou o menor índice de intangibilidade quando comparado aos anos anteriores, contudo, foi o que apresentou o maior ativo total em relação ao período analisado. E tal diminuição do índice de intangibilidade é decorrente do aumento de outras contas pertencentes ao ativo total e também, devido à taxa de amortização.

Na análise deste banco, foi possível evidenciar que, apesar desta instituição financeira apresentar um dos maiores Ativo Total em relação às outras entidades financeiras, mesmo assim, apresenta um pequeno índice de intangibilidade, que fica visível que o mesmo está investindo em outros ativos e não no ativo intangível e com isso, tornando-se desproporcional e deixando a desejar quando se refere as informações por ser uma das maiores Instituições Financeiras no Brasil.

4.1.5 Banco Bradesco

O Banco Bradesco S.A. é uma companhia aberta, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e de seguros.

Conforme as notas explicativas deste banco, os ativos intangíveis são decorrentes de combinações de negócios, licenças de *software* e outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados usando o método linear durante sua vida útil econômica estimada, que geralmente não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Quadro 6 – Índice de Intangibilidade do Banco Bradesco

Anos	2010	AH	2011	AH	2012	AH	2013	AH
Ativo Intangível (R\$)	3.669.281	0%	4.267.218	16%	7.755.355	111%	5.373.200	46%
Ativo Total (R\$)	602.954.024	0%	722.086.892	20%	801.186.699	33%	882.083.756	46%
Índice de Intangibilidade	0,61%		0,59%		0,97%		0,61%	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Na análise do quadro 6, foi possível perceber um aumento de 46% da conta do ativo intangível entre os anos de 2010 a 2013. Vale ressaltar, que o ano de 2012 foi o que mais se destacou, apresentando um aumento de 111% em relação ao ano de 2011.

Todavia, quando comparado essa conta em relação ao ativo total, percebe-se um aumento proporcional (46%) entre eles, ou seja, o ativo intangível cresce de maneira proporcional com relação a outras contas pertencentes ao ativo total.

Vale enfatizar, que segundo os demonstrativos contábeis da instituição em análise, os resultados referentes aos índices de intangibilidades são bem pequenos quando comparados aos valores dos ativos totais já que são devidos das novas aquisições dos ativos intangíveis.

O que proporciona uma diminuição no índice de intangibilidade no ano de 2011 e 2012 foi o aumento da conta do ativo total, onde o mesmo é decorrer do acréscimo nos subitens ativo circulante, como: vinculados à prestação de garantia, renda a receber e diversos.

Na análise do índice de intangibilidade do ano de 2011 a 2012 houve um acréscimo e no ano de 2013, mais uma vez, ocorreu uma diminuição no percentual de intangibilidade decorrente da falta de investimento nos ativos intangíveis.

4.1.6 Banco Itaú

Itaú Unibanco Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, este banco fornece uma ampla gama de linhas de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes, sendo pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, a clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais.

Com base nas notas explicativas deste banco, seus ativos intangíveis incluem softwares e outros ativos que são reconhecidos inicialmente ao custo.

Quadro 7 – Índice de Intangibilidade do Banco Itaú

Anos	2010	AH	2011	AH	2012	AH	2013	AH
Ativo Intangível (R\$)	4.671.000	0%	3.825.000	-18%	4.671.000	0%	5.797.000	24%
Ativo Total (R\$)	727.082.000	0%	818.136.000	13%	957.154.000	32%	1.095.881.000	51%
Índice de Intangibilidade	0,64%		0,47%		0,49%		0,53%	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Com relação ao Banco Itaú, o quadro 7, foi possível demonstrar um aumento de 24% da conta do ativo intangível no ano de 2013 com relação ao ano de 2010. Entretanto, quando analisado essa conta em relação ao ativo total, percebe-se que esta apresentou um aumento significativo de 51% em relação ao mesmo período analisado, ou seja, um aumento desproporcional entre eles. Isto significa que o ativo intangível aumenta de maneira inferior com relação a outras contas pertencentes ao ativo total.

Vale enfatizar que tal aumento é bem relativo durante o decorrer dos quatro anos de análise da pesquisa, aonde o mesmo é devido às novas aquisições de ativos intangíveis – direitos de aquisição da folha de pagamento e variação cambial.

Na análise do índice de intangibilidade, foi possível evidenciar que houve uma diminuição de 0,64% (2010) para 0,53% (2013) decorrente da falta de novos ativos intangíveis e o aumento desproporcional de outras contas do Ativo Total.

4.1.7 Banco Panamericano

O Banco Panamericano S.A. é uma companhia de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. No qual, atua no mercado de crédito direto ao consumidor e crédito consignado, operando linhas de crédito pessoal e financiamentos de veículos, material de construção, móveis, turismo, eletrodomésticos e outros.

Os Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer ajustes ao valor recuperável. São compostos substancialmente de softwares adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados pelo prazo de licenças desses softwares.

Quadro 8 – Nível de Intangibilidade do Banco Panamericano

Anos	2010	AH	2011	AH	2012	AH	2013	AH
Ativo Intangível (R\$ mil)	7.752	0%	9.028	16%	25.219	225%	27.804	259%
Ativo Total (R\$ mil)	16.636.323	0%	15.266.340	-8%	19.459.932	17%	19.679.999	18%
Nível de Intangibilidade	0,05%		0,06%		0,13%		0,14%	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

O quadro 8, demonstra o aumento de 259% do ativo intangível entre o período de 2010 a 2013. Foi possível ainda, evidenciar o aumento do ativo total de somente 18%.

Vale destacar, que o alto valor evidenciado por esta instituição financeira com relação à conta do ativo intangível entre o período de 2010 a 2012, e superior à conta do ativo total que apresentou um aumento de apenas de 70,19% em relação ao mesmo período.

Vale salientar que tal acréscimo foi devido ao grande avanço na conta do ativo intangível com: gastos com desenvolvimento lógicos que aumentou em decorrência do saldo

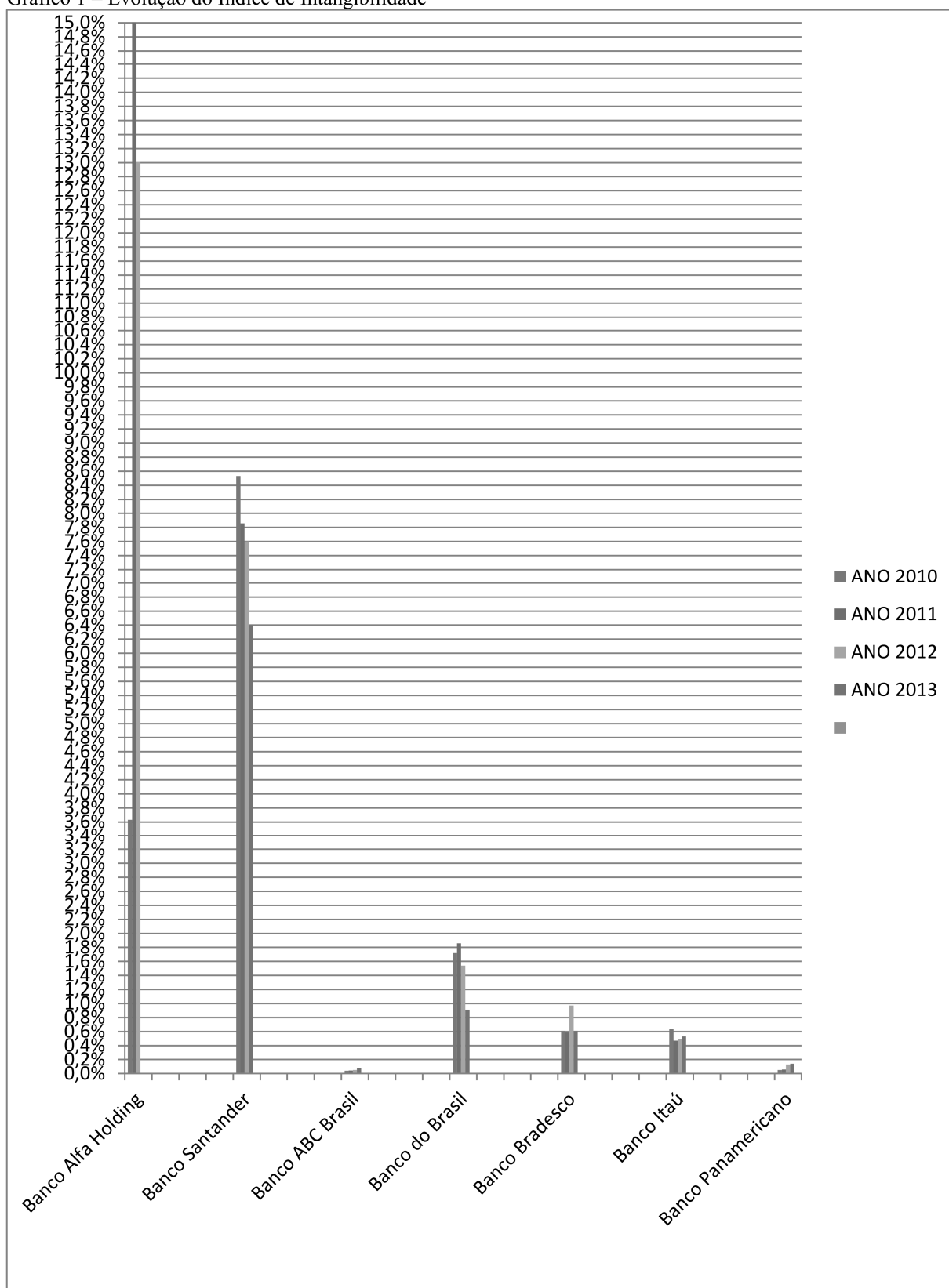
de subsidiárias adquirido, onde o seu valor líquido passou de R\$ 7.828 mil no ano de 2011 para R\$ 25.218 mil no ano de 2012, e o mesmo ocorre no ano de 2013.

Na análise do índice de intangibilidade, no período avaliado, foi possível perceber que houve um acréscimo bem relevante passando de 0,05% a 0,14%, ou seja, demonstra que a entidade financeira durante o período fez grandes investimentos na conta do Ativo Intangível.

Depois de serem representados nas tabelas todos os dados referentes à pesquisa, então faz necessário à utilização de um gráfico para demonstrar todas as entidades bancárias com os seus níveis de intangibilidade comparada ao ativo total.

O gráfico 1 evidencia o índice de Intangibilidade de todas as instituições financeiras analisadas no decorrer dos quatro anos e assim, descrevendo melhor o desenvolvimento no período analisado.

Gráfico 1 – Evolução do Índice de Intangibilidade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

De acordo com o gráfico, foi possível perceber que dentre as instituições analisadas, a que tem o maior nível de evidenciação de seus ativos intangíveis no período de 2010 a 2012, assim, pôde-se chegar à conclusão que é o Banco Alfa Holding, porém o mesmo apesar de possui um alto valor que em 2010 é representado por 3,63% e passa a ser representado em 2012 por 13,01%, mas deixa a desejar por não apresentar no ano de 2013, dados completos em seu demonstrativo contábil referente ao ativo intangível somente até o terceiro semestre do referido ano, e assim, não foi analisado no ano supracitado.

Os Bancos ABC Brasil e o Panamericano são os que apresentam o menor índice de intangibilidade que não chega a ser representado por 0,2%, mas ao mesmo tempo, demonstram que estão em desenvolvimento. Já as entidades financeiras: Bradesco, Itaú e Banco do Brasil por serem instituições financeiras bem conceituadas e reconhecidas deixam a desejar por apresentarem valores mínimos quando se refere ao índice de intangibilidade.

Então, diante do ocorrido, o Banco que apresenta o melhor e maior índice de intangibilidade dentre as entidades bancárias analisadas é o Banco Santander, apesar de que nos anos analisados houve um declínio de sua representatividade em relação ao ativo total que no ano de 2010 é representado por 8,53% já no ano de 2013 por 6,4%, mesmo assim, continua sendo o melhor quando se refere ao índice de intangibilidade.

4.2 Evidenciação dos Ativos Intangíveis Segundo Critérios de Divulgação do CPC 04 (R1)

Com base na literatura exposta no referencial teórico, foram analisadas as demonstrações contábeis e notas explicativas das empresas selecionadas como amostra, comparando seus conteúdos em relação às orientações e determinações do CPC 04 (R1). Nesse sentido, foi realizado um *check list* por período contendo os bancos selecionados com todos os itens constantes na normatização contábil da matéria que devem ser divulgados pelas companhias, a fim de se facilitar a apresentação e a análise dos resultados.

Assim, na análise do quadro 9, demonstra-se que os bancos analisados no período em estudo divulgam em suas notas explicativas e balanço patrimonial o primeiro critério abaixo no que se refere a divulgação da vida útil, prazo de vida e taxas de amortização utilizados, tornando-se assim em conformidade com o critério estabelecido pelo o CPC 04 (R1).

Quadro 9 – Critério de divulgação: vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados.

Banco	Anos			
	2010	2011	2012	2013
Santander	Sim	Sim	Sim	Sim
Alfa Holding	Sim	Sim	Sim	Não
Banco do Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Bradesco	Sim	Sim	Sim	Sim
ABC Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Itaú	Sim	Sim	Sim	Sim
Panamericano	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

No entanto, no ano de 2013 todos os bancos estão em conformidade com as regras estabelecidas pelo o CPC 04 (R1), exceto o banco Alfa Holding onde o mesmo, neste período não divulgou dados completos dos seus demonstrativos contábeis referente aos ativos intangíveis. Diante do exposto, esta instituição foi excluída da análise desta pesquisa.

Na análise do quadro 10, é evidenciado o critério do método de amortização dos ativos intangíveis.

Quadro 10 - Critério: os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida.

Banco	Anos			
	2010	2011	2012	2013
Santander	Sim	Sim	Sim	Sim
Alfa Holding	Sim	Sim	Sim	Não
Banco do Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Bradesco	Sim	Sim	Sim	Sim
ABC Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Itaú	Sim	Sim	Sim	Sim
Panamericano	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Foi possível perceber entre o período de 2010 a 2012 que as instituições presentes no estudo estão em conformidade com o critério estabelecido pelo o CPC 04 (R1). Já no ano de 2013, todos os bancos estão de acordo com o critério, exceto o Banco Alfa Holding que não divulgou dados completos em seus demonstrativos contábeis somente até o terceiro semestre do referido ano.

O quadro 11, que divulga o valor contábil e a amortização acumulada dos ativos intangíveis conforme a normatização contábil do CPC 04.

Quadro 11 - Critério: o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período.

Banco	Anos			
	2010	2011	2012	2013
Santander	Sim	Sim	Sim	Não
Alfa Holding	Sim	Sim	Sim	Sim
Banco do Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Bradesco	Sim	Sim	Sim	Sim
ABC Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Itaú	Sim	Sim	Sim	Sim
Panamericano	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Da mesma forma, que os dois quadros anteriores apresentam as informações referentes aos critérios estabelecidos, o quadro 11 é semelhante em todas as suas informações. Por se tratarem de critérios que são dependentes um dos outros, portanto, necessita-se uma complementação destes critérios para que haja relevância nas informações contábeis.

O quadro 12 será analisado o seguinte critério - rubrica de demonstração do resultado de acordo com o CPC 04 (R1).

Quadro 12 - Critério: a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída.

Banco	Anos			
	2010	2011	2012	2013
Santander	Sim	Sim	Sim	Sim
Alfa Holding	Não	Não	Não	Não
Banco do Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Bradesco	Sim	Não	Não	Sim
ABC Brasil	Não	Não	Não	Não
Itaú	Sim	Não	Não	Sim
Panamericano	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

De acordo com o quadro 12, é possível evidenciar que alguns bancos não divulgam o critério analisado que é a rubrica da demonstração do resultado em qualquer amortização dos ativos intangíveis excluídos.

Assim, começasse a notar que algumas entidades financeiras deixam a desejar no que se refere à divulgação dos critérios estabelecidos pelo o CPC 04 (R1) exigidos para os ativos intangíveis.

Observa-se também, que somente as instituições financeiras mais reconhecidas mundialmente descrevem o critério, no entanto, o Banco Bradesco e o Itaú nos anos de 2011 e 2012, não divulgam nas notas explicativas como nos outros anos analisados.

É perceptível que, os Bancos Alfa Holding e o ABC Brasil durante todo o período da pesquisa não divulgam nas demonstrações contábeis, nenhuma informação relativo ao critério em destaque. E com isso, deixando de aumentar os seus lucros, devido à falta de informação dos dados contábeis e nem toda pessoa efetua investimentos no que não se conhecesse.

A partir do quadro 13, será estudado o seguinte critério - conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando alguns subitens de acordo com o CPC 04 (R1) que trata dos ativos intangíveis.

Quadro 13 - Critério: adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios.

Banco	Anos			
	2010	2011	2012	2013
Santander	Não	Não	Não	Não
Alfa Holding	Não	Não	Não	Não
Banco do Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Bradesco	Não	Não	Não	Não
ABC Brasil	Não	Não	Não	Não
Itaú	Não	Não	Não	Não
Panamericano	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Na análise do referido banco, é visível que somente o Banco do Brasil é o que divulga o referido critério estabelecido pelo o CPC 04 (R1). O Banco do Brasil é o que apresenta o melhor índice de divulgação em comparação as demais entidades bancárias.

Por ser uma entidade financeira bem renomada que tem negociações internacionais e também por fazer parte do segmento Novo Mercado, o mesmo precisa evidenciar o máximo de todas as suas informações.

O segmento Novo Mercado é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governanças Corporativas adicionais em relação às exigências das legislações e dos órgãos reguladores e foram destinadas as empresas que abriram capitais a partir do ano 2000 (FINATELLI; ORTEGA, 2012).

O quadro seguinte, dar continuidade aos critérios estabelecidos:

Quadro 14–Critério: ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda, nos moldes do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e outras baixas.

Banco	Anos			
	2010	2011	2012	2013
Santander	Sim	Não	Não	Não
Alfa Holding	Não	Não	Não	Não
Banco do Brasil	Não	Não	Não	Não
Bradesco	Não	Não	Não	Não
ABC Brasil	Não	Não	Não	Não
Itaú	Não	Não	Não	Não
Panamericano	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Na análise do quadro 14, nota-se que somente o Banco Santander no ano de 2010 é o que apresenta o critério: ativos classificados para vendas ou incluídos para venda. E assim, todas as instituições financeiras estudadas deixam lacunas no que se trata da divulgação das informações no que tange aos ativos intangíveis.

Quadro 15- Critério: aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 75, 85 e 86 e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver).

Banco	Anos			
	2010	2011	2012	2013
Santander	Não	Não	Não	Não
Alfa Holding	Não	Não	Não	Não
Banco do Brasil	Sim	Não	Não	Não
Bradesco	Não	Não	Não	Não
ABC Brasil	Não	Não	Não	Não
Itaú	Sim	Sim	Não	Sim
Panamericano	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

De acordo com o quadro 15, nota-se que da mesma forma que os quadros anteriores, as instituições financeiras deixam lacunas no que se refere aos critérios estabelecidos pelo o CPC 04 (R1).

No entanto, referente ao critério: aumentos ou reduções durante o período relativo aos ativos intangíveis, somente os Bancos: Banco do Brasil, Itaú e o Panamericano são os que estão em conformidade com este critério supracitado, mesmo assim, durante alguns períodos analisados e nem todos os anos como deveriam.

Quadro 16 - Critério: provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver).

Banco	Anos			
	2010	2011	2012	2013
Santander	Sim	Não	Não	Não
Alfa Holding	Não	Não	Não	Não
Banco do Brasil	Não	Não	Não	Não
Bradesco	Não	Não	Não	Não
ABC Brasil	Não	Não	Não	Não
Itaú	Não	Não	Não	Não
Panamericano	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Observa-se no quadro 16, somente o Banco Santander é o que está em conformidade com o critério: provisões para perda de ativo.

Quadro 17- Critério: reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver).

Banco	Anos			
	2010	2011	2012	2013
Santander	Não	Não	Não	Não
Alfa Holding	Não	Não	Não	Não
Banco do Brasil	Não	Não	Não	Não
Bradesco	Não	Não	Não	Não
ABC Brasil	Não	Não	Não	Não
Itaú	Não	Não	Não	Não
Panamericano	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

De acordo com o quadro 17, observa-se que todas as instituições financeiras não divulgam este critério que é reversão de perda por desvalorização. E cada vez mais notasse que as entidades bancárias não estão em conformidade com os critérios estabelecidos referentes aos ativos intangíveis exigidas pelo o CPC 04 (R1).

Quadro 18 - Critério: qualquer amortização reconhecida no período.

Banco	Anos			
	2010	2011	2012	2013
Santander	Sim	Não	Sim	Sim
Alfa Holding	Não	Não	Sim	Sim
Banco do Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Bradesco	Não	Não	Sim	Sim
ABC Brasil	Não	Não	Não	Não
Itaú	Sim	Não	Não	Não
Panamericano	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Através do quadro 18, começa a observar que as entidades bancárias voltam a descrever nos demonstrativos contábeis um pouco mais os critérios estabelecidos pelo o CPC 04 (R1).

Todos os bancos, exceto o Banco ABC Brasil divulgam em seus demonstrativos contábeis, o critério: amortização reconhecida pelo o período. Os bancos mais abrangentes no que se refere a estes critérios são os bancos: Banco do Brasil, Santander e Panamericano.

Quadro 19- Critério: variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade.

Banco	Anos			
	2010	2011	2012	2013
Santander	Não	Não	Não	Não
Alfa Holding	Não	Não	Não	Não
Banco do Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Bradesco	Sim	Não	Não	Não
ABC Brasil	Não	Não	Não	Não
Itaú	Não	Não	Não	Não
Panamericano	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Conforme o quadro 19 nota-se que somente o Banco do Brasil em todos os períodos analisados e o Bradesco no ano de 2010 é os que divulgam em suas notas explicativas, o referido critério estabelecido pelo o CPC 04 (R1).

Quadro 20- Critério: outras alterações no valor contábil durante o período.

Banco	Anos			
	2010	2011	2012	2013
Santander	Não	Não	Sim	Sim
Alfa Holding	Não	Não	Não	Não
Banco do Brasil	Não	Sim	Sim	Sim
Bradesco	Sim	Sim	Sim	Sim
ABC Brasil	Não	Não	Não	Não
Itaú	Não	Não	Não	Não
Panamericano	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Já no que se refere ao quadro 20, observa-se que os Bancos: Santander, Banco do Brasil e o Bradesco são os únicos que estão em conformidade com o critério: alterações no valor contábil durante o período. Apesar de que, os Bancos Santander e Banco do Brasil em um ano estudado não descrevem nos demonstrativos o referido critério.

Diante da pesquisa se percebe que os níveis de evidência dos ativos intangíveis em algumas instituições estão deixando a desejar. Então, depois de demonstrar a análise de cada instituição financeira segundo os critérios de divulgação de acordo com o CPC 04 (R1) nos referidos anos analisados, ficou evidente que o Banco do Brasil possui um alto índice de evidenciação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da publicação da Lei 11.638/07, não havia nenhuma regra que se tratava da mensuração, reconhecimento e divulgação dos ativos intangíveis, onde os mesmos eram reconhecidos nos grupos: diferido, investimento ou imobilizado. Nesse sentido, foram aprovados os Pronunciamentos Técnicos CPC nº 13, que tratou da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08 considerando as regras a serem obedecidas pelas companhias na data de transição, e CPC nº 04, que tratou dos ativos intangíveis.

Foi através da publicação do CPC 04 (R1) que houve a formalização do tratamento contábil dos ativos intangíveis, considerando normas mais claras no sentido de esclarecer questões referentes aos critérios de reconhecimento e divulgação dos ativos intangíveis.

O presente trabalho teve por objetivo analisar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis no segmento bancos listados na BM&FBOVESPA, entre os anos de 2010 a 2013, segundo os critérios de especificação exigidos pelo o CPC 04 (R1).

A escolha das instituições financeiras utilizadas na amostragem desta pesquisa foi realizada de forma aleatória como também, porque estas instituições financeiras tem um grande reconhecimento no mercado financeiro.

Na análise dos índices de intangibilidade foi possível perceber que a instituição financeira que apresentou o maior índice de intangibilidade no período analisado de 2010 a 2013 foi o Banco Santander, representado por um percentual de 8,53% no ano de 2010, mas com o passar dos anos, houve um declínio e chega a ser representado em 2013 por um índice de intangibilidade de 6,40%, tal diminuição é decorrente da falta de investimentos de novos ativos intangíveis e com o decorrer dos anos, os já existentes só tende a diminuir.

Após análise do índice de intangibilidade individualmente, foi realizado um *checklist* por período, contendo as instituições financeiras selecionadas com todos os itens divulgados em seus demonstrativos e notas explicativas com o objetivo de compará-los a normatização contábil da matéria que devem ser demonstrados pelas companhias segundo os critérios divulgados do CPC 04 (R1).

Como resultados, observou-se no período analisado que o Banco do Brasil apresenta o maior nível de evidenciação, representado por um percentual de 61,54% de acordo com os critérios estabelecidos pelo o CPC 04 (R1), tal nível é justificado pelo o fato do Banco do Brasil ser uma instituição financeira enquadrada no segmento Novo Mercado e com isso,

divulga com maior eficiência e transparência os seus demonstrativos contábeis, e por possuir boas práticas de governanças corporativas, assim, torna-se uma das entidades que oferecem as melhores práticas financeiras no mercado internacional.

Através da pesquisa, observa-se que a maioria das instituições financeiras analisadas apresenta somente em suas notas explicativas: o valor representativo da conta, o método de amortização, o percentual da taxa e valor contábil quando se refere ao ativo intangível. E com isso, deixam várias lacunas, onde os usuários externos quando forem fazer uma análise nos demonstrativos contábeis da instituição financeira acabam sentindo dificuldades e terminam deixando de lado, por não apresentar um nível de evidenciação da entidade financeira.

Enfim, percebe-se que a maioria das instituições financeiras está em conformidade com as leis internacionais, mas é visível que algumas estão divulgando pouco em termos de evidenciação dos ativos intangíveis. O nível de evidenciação das instituições financeiras com exceção do Banco do Brasil, ainda é baixo, mas acredita-se que com o progresso das instituições financeiras aos poucos estes níveis de evidenciação tende a crescer de acordo com todos os critérios estabelecidos pelo o CPC 04 (R1).

REFERÊNCIAS

ABNT. **Regras e Normas da ABNT 2012 para formatação de trabalhos acadêmicos.** Disponível em: <http://www.trabalhosabnt.com/regras-normas-abnt-formatacao>. Acesso em: 25 de janeiro de 2013.

ALVES, Alessandro. **Ativos Intangíveis – CPC 04: principais pontos.** Disponível em: <http://alessandropalves.blogspot.com.br/2009/10/ativos-intangiveis-cpc-04-principais.html>. Acesso em: 29 de janeiro de 2013.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**, 9 ed., São Paulo, Atlas, 2009.

ANDRADE, Dorotéia de Moraes Andrade. LIMA, Robernei Aparecido. **Ativo Intangível.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/ativo-intangivel/10289>. Acesso em: 25 de janeiro de 2013.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. LEITE, Rafael Soares. Divulgações de informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para analistas de investimentos. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.4, n.4, p.22-38, out/dez. 2008. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1058>. Acesso em Fev de 2013.

AQUINO, W. de. – **Contribuição à Avaliação da Marca Corporativa** – Rio de Janeiro, 2000, Dissertação de Mestrado – UERJ.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Mercado Financeiro.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

AVELINO, Bruna Camargos; PINHEIRO, Laura Edith Taboada; LAMOUNIER, Wagner MOURA. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. **Revista de contabilidade e Organizações**, vol. 6. Núm. 14. Jan - abril, 2012, Universidade de São Paulo – São Paulo. Disponível em: <http://www.redaly.org/articulo.0a7c.org/articulo.0a7c?id=235223852003>. Acesso em: 24 de janeiro de 2014.

BARROS, Aidil Jesus de Silveira. LEHFELD, SOUZA, Neide Aparecida de. **Fundamentos de metodologia científica.** 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - **Ativos Intangíveis.** Disponível em: <http://www.cpc.org.br/noticias56.htm>. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **A busca da Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais.** Disponível em: www.cpc.org.br/pdf/convergencia_29dez2008.pdf. Acesso em: 02 de janeiro de 2013.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais do Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

DUTRA, Aliatar Vieira; SCHNORRENBURGER, Darci; REINA, Donizete. **Mensuração dos Ativos Intangíveis: Uma análise a partir da diferença entre o valor de mercado e patrimonial de empresas listadas na BM&FBOVESPA no período de 2003 a 2008.** Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/9235>. Acesso: 15 de janeiro de 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI Escolar: O Minidicionário da língua portuguesa.** 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa,** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANDE, Jefferson Fernando. *Et al.* **Caracterização das diferentes formas de tratamento dos ativos intangíveis e do goodwill nos países do Mercosul.** Disponível em: www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/.../832.pdf. Acesso em: 30 de janeiro de 2013.

HENDRIKSEN, Eldon S., BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente.** São Paulo: Atlas, 2007.

HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IASB – International Accounting Standards Board. **Normas internacionais de contabilidade.** São Paulo: IBRACON, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDICIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu, GELBOKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (Aplicável as demais sociedades)** – Revisada e Atualizada conf. Lei 11.638/2007 , 7 ed., São Paulo: Atlas, 2008

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** 5 ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Andréia de. **A evidenciação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis: uma análise nas dez maiores empresas listadas na BM&FBovespa** Unoesc & Ciência – ACSA, Joaçaba, v. 3, n. 2, p. 221-232, jul./dez. 2012

MARION. José Carlos. **Reflexões sobre Ativo Intangível.** Disponível em: <http://www.marion.pro.br/portal/modules/wfdownloads/singlefile.php?cid=2&lid=7>. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; SANTOS, Ronaldo Francisco dos; GOLVEIA, Verônica Andréa Lima. **Análise da Evidenciação do Ativo Intangível nas Demonstrações Contábeis.** Pensar Contábil. Rio de Janeiro, v.13, n. 52, p. 45 – 54 set/dez 2011. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/1194> Acesso: 12 de dezembro de 2013.

MENDES, Renata. **Ativos Intangíveis: Como São Tratados Atualmente Pelas Normas Contábeis Brasileiras.** Disponível em: <http://www.biinternational.com.br/aluno/renatamendes/2009/05/03/ativos-intangiveis->

como-sao-tratados-atualmente-pelas-normas-contabeis-brasileiras. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

MOURA, Arthur Hyppólito de. Os ativos Intangíveis e o capital intelectual. Disponível em: **www.eventos.bvsalud.org/gc1bireme/docs/pt/AtivosIntang.pdf**. Acesso em: 23 de janeiro de 2013.

MOURA, Geovanne Dias de; FANK, Odir Luiz; VARELAS, Patrícia Siqueira. **Evidenciação dos Ativos Intangíveis pelas Empresas do Setor de Energia Elétrica Listadas na BM&FBovespa Contabilidade, Gestão e Governança** - Brasília · v. 15 · n. 1 · p. 17 - 32 · jan/abr 2012.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. **Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas.** In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 15, 1996. Brasília. **Anais...** Brasília: CFC, 1996. CD-ROM.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R.. **Ativos intangíveis e o desempenho empresarial.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 1, p. 7-17, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, Ludmila Carla Schuer. **Ativos Intangíveis: Uma Explicação das principais técnicas de avaliação aceitas pela comunidade contábil. Uma preparação para seu uso a favor da vantagem competitiva.** Disponível em: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34871 Acesso em: 30 de janeiro de 2013.

RODRIGUES, V. Maria das Graças. **Metodologia da Pesquisa: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em ciências militares.** 2 ed. Rio de Janeiro: EsAO, 2005.

ROLIM, M. V. **Estudo do nível de disclosure dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100.** Dissertação (Mestrado em Administração – UFU) Uberlândia- MG, 2009.

SCHERER, Luciano Márcio. *Et al.* **O atual estágio da contabilização de ativos intangíveis no mercado norte-americano.** Disponível em: www.fae.edu/publicacoes/pdf/.../rev_fae_v7_n1_06_marcia.pdf. Acesso em: 21 de janeiro de 2012.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. Ativos Intangíveis nas Normas Internacionais – IASB. In: IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2003, Gramado. **Anais eletrônicos.** Disponível em: <http://www.ccontabeis.com.br/conv/t01.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

VIEIRA, M. T. **Evidenciação de informações de responsabilidade social na maior empresa em cada segmento da economia brasileira.** 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.